



CENTRO DE ESTUDOS
POLÍTICO-ESTRATÉGICOS

BOLETIM GEOCORRENTE

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal vinculada ao Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), do Centro de Estudos Político-Estratégicos (CEPE) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC possui o objetivo de acompanhar a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica, a fim de ampliar o conhecimento por meio da elaboração deste boletim, além de outros produtos que porventura venham a ser demandados pelo Estado-Maior da Armada.

Para isso, o grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas de conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporciona uma análise ampla de contextos e cenários geopolíticos e, portanto, um melhor entendimento dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como, seus desdobramentos.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Esse Boletim tem como objetivo publicar artigos curtos tratando de assuntos da atualidade e, eventualmente, de determinados temas de caráter geral sobre dez macrorregiões do Globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Ainda, algumas edições contam com a seção “Temas Especiais”, voltada a artigos que abordam assuntos não relacionados, especificamente, a uma das regiões supracitadas.

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval e submeta seu artigo contendo, no máximo, 350 palavras ao processo avaliativo. A avaliação é feita por pares, sem que os revisores tenham acesso ao nome do autor (*blind peer review*). Ao fim desse processo, o autor será notificado via e-mail de que seu artigo foi aceito (ou não) e que aguardará a primeira oportunidade de impressão.

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Centro de Estudos Político-Estratégicos.
Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca - CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil (21) 2546-9394

E-mail: geo.corrente@yahoo.com.br.

Aos cuidados do Editor Responsável do Boletim Geocorrente.

CONSELHO EDITORIAL

Editor Responsável

Leonardo Faria de Mattos (EGN)

Editor Científico

Francisco Eduardo Alves de Almeida (ISCSP- Univ. Lisboa)

Editores Adjuntos

Danillo Avellar Bragança (UERJ)

Felipe Augusto Rodolfo Medeiros (EGN)

Jéssica Germano de Lima Silva (EGN)

Noele de Freitas Peigo (FACAMP)

Pesquisadores do Núcleo de Avaliação da Conjuntura

André Figueiredo Nunes (UFRJ)

Adriana Escosteguy Medronho (PUC - Rio)

Ariane Dinalli Francisco (PUC - Rio)

Caio Ferreira Almeida (Univ. Tartu)

Carlos Henrique Ferreira da Silva Júnior (UFRJ)

Dominique Marques de Souza (UFRJ)

Eliza Carvalho Camara Araujo (UERJ)

Franco Aguiar de Alencastro Guimarães (PUC - Rio)

Jéssica Pires Barbosa Barreto (UERJ)

João Victor Marques Cardoso (UFF)

José Gabriel de Melo Pires (UFRJ)

Lais de Mello Rüdiger (UFRJ)

Louise Marie Hurel Silva Dias (PUC - Rio)

Luciane Noronha Moreira de Oliveira (EGN)

Luma Teixeira Dias (UFRJ)

Marcelle Siqueira Santos (UERJ)

Marcelle Torres Alves Okuno (IBMEC)

Matheus Souza Galves Mendes (UFRJ)

Pedro Allemand Mancebo Silva (UFRJ)

Pedro Emiliano Kilson Ferreira (UFF)

Pedro Mendes Martins (UERJ)

Philippe Alexandre Junqueira (UERJ)

Raissa Pose Pereira (UFRJ)

Sara Oliveira Dantas (IBMEC)

Stefany Lucchesi Simões (UNESP)

Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFRJ)

Vinicius de Almeida Costa (EGN)

Vinicius Guimarães Reis Gonçalves (UFRJ)

Vivian de Mattos Marciano (UFRJ)

Viviane Helena Silva da Rocha (UERJ)

Yago Vieira de Oliveira Almeida (UFRJ)

Os textos contidos nesse Boletim são de responsabilidade única dos membros do Grupo, não retratando a opinião oficial da Escola de Guerra Naval nem da Marinha do Brasil.

SUMÁRIO

- | | |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none">• <i>Tragédia no Equador: um duro teste para o Governo de Correa</i> (Pag. 2)• <i>A natureza informal da presença norte-americana na América Latina</i> (Pag. 2)• <i>Nigéria: dois anos sem as jovens de Chibok</i> (Pag. 3)• <i>Atuação sul-africana na MONUSCO</i> (Pag. 3)• <i>Marrocos: reformas políticas e desdobramentos na relação Estado-sociedade</i> (Pag. 4)• <i>Alemanha e União Europeia erram ao estudar estratégias do Estado Islâmico</i> (Pag. 5)• <i>Perspectivas da Suécia na União Europeia</i> (Pag. 5)• <i>Conflito entre Armênia e Azerbaijão no Nagorno-Karabakh</i> (Pag. 5) | <ul style="list-style-type: none">• <i>Índia e EUA: Cooperação versus Competição no Espaço</i> (Pag. 6)• <i>Questões Hídricas no Subcontinente Indiano</i> (Pag. 6)• <i>A Continuidade da Política Byungjin na Coreia do Norte</i> (Pag. 7)• <i>Um País, Duas Perspectivas: Tensões no Estreito de Taiwan</i> (Pag. 7)• <i>Japão: Disputas Territoriais e Crescimento Demográfico</i> (Pag. 8)• <i>Komodo Exercise e a projeção internacional indonésia</i> (Pag. 9)• <i>Nova liderança: Austrália e a compra de navio quebra-gelo</i> (Pag. 9)• <i>Artigos selecionados e notícias de Defesa</i> (Pag. 9) |
|---|---|

Tragédia no Equador: um duro teste para o governo de Correa

Por: Adriana Medronho

Uma semana após o terremoto de 7,8 graus na escala Richter que atingiu a região costeira ao norte do Equador, o Instituto Geofísico da Escola Politécnica Nacional ainda registra réplicas que continuam a ameaçar o país. O desastre deixou 587 mortos, 8.340 feridos, 153 desaparecidos e expôs a gestão política e econômica do presidente Rafael Correa a grandes questionamentos.

Cerca de US\$ 43 milhões do fundo de contingência do Equador foram repassados aos municípios visando ao restabelecimento dos serviços básicos; todavia, não há recursos previstos para reconstrução das estruturas afetadas. Além disso, as zonas mais atingidas foram justamente as de maior atividade econômica (zonas turísticas e de cultivo dos principais produtos de exportação). O Equador já passava por uma crise interna desde 2014, principalmente pela queda dos preços do petróleo no mercado internacional. O Diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental do FMI, Alejandro Werner, concluiu que a economia equatoriana sofreria profunda recessão em 2016 – contração de 4,5% do PIB.

Passado o perigo imediato, o país se depara com os espólios da destruição e mais de 20 mil desabrigados. O desastre natural terá, portanto, impactos ainda incalculáveis na economia equatoriana. A estimativa inicial, segundo Correa, seria equivalente a 3% do PIB. No dia 21 de abril, em mensagem à Nação, o presidente anunciou uma medida excepcional, aumentando os impostos sobre bens de consumo e criando um desconto dos salários para criação de um fundo de ajuda e reconstrução do país.

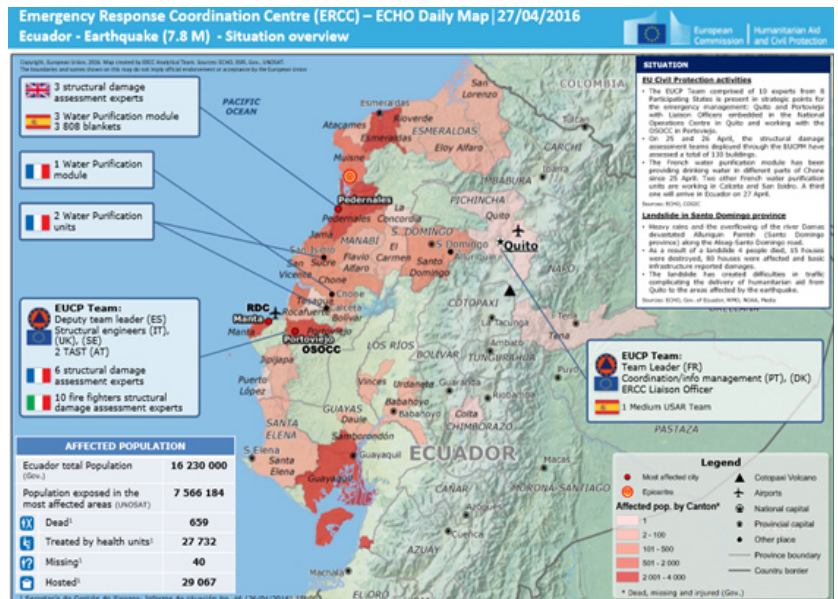


Foto: erccportal.jrc.ec.europa.eu

A natureza informal da presença norte-americana na América Latina Por: Danillo Bragança

Os eventos de 11 de setembro de 2001 mudaram de forma profunda a orientação geopolítica norte-americana. O foco principal, a partir do evento, passou a se concentrar no Oriente Médio e na guerra contra o terrorismo. Esta reorientação levou a um ajuste na presença norte-americana em áreas já tradicionais. A presença do país na América do Sul, por exemplo, é vista numa curva descendente.

Atribuir este declínio de bases militares somente ao crescimento do combate ao terrorismo parece, no entanto, equivocado. O desenvolvimento econômico e social do subcontinente nos últimos dez anos e o incremento dos investimentos no combate ao narcotráfico deram à presença norte-americana na América Latina esta natureza diferente. A formalidade das bases tradicionais, *town-like*, com forte estrutura de defesa, foi sendo substituída por acordos informais que dão prioridade ao treinamento e fornecimento de equipamentos às Forças Armadas da região.

Embora exista um declínio da quantidade de bases norte-americanas na América do Sul – as últimas foram na Colômbia, fechadas em 2010 –, afirmar que sua presença diminuiu é impreciso. A existência de outras ameaças mais importantes na visão da opinião pública nos Estados Unidos, pressões fiscais, aprofundamento das iniciativas de integração como a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e o *Sistema de la Integración Centroamericana* (SICA), desenvolvimentismo, entre outros, mudaram a natureza desta presença, mas não a extinguiram.

O fim do ciclo desenvolvimentista em muitos países do subcontinente pode mudar essa condição de relativa não-presença norte-americana, inclusive pelo aumento das ações dos grupos narcotraficantes, incentivados pelas piores condições de renda das populações desses países. Devem-se observar os próximos

movimentos com muita atenção. A hora parece propícia para fortalecer os laços que originaram as iniciativas de organismos legitimamente locais, como é o caso da UNASUL.

Africa Subsaariana

Nigéria: dois anos sem as jovens de Chibok

Por: João Victor Marques

Dois anos se completaram, no dia 14 de abril, desde que 276 jovens estudantes de Chibok, estado de Borno, Nigéria, foram sequestradas de seus dormitórios escolares pelo grupo extremista Boko Haram. A campanha “#BringBackOurGirls”, que se tornou viral em mídias sociais, foi, nesse sentido, um ponto de inflexão capaz de conferir visibilidade global às atrocidades em curso no nordeste nigeriano desde 2009. Fonte de pressão da sociedade civil e da comunidade internacional, a campanha pode parecer ter sido ineficaz, já que as estudantes permanecem desaparecidas, porém, certamente, influenciou no combate ao Boko Haram.

A mudança do governo federal do país, ocorrida em maio de 2015, destacou-se por ser a primeira transferência democrática de poder da história nacional. Outro ponto de destaque foram as operações antiterrorismo da *Multinational Joint Task Force*, reunindo Nigéria, Benin, Níger, Chade e Camarões. Apesar da ajuda internacional recebida pelo Estado, por meio de suporte logístico, serviço de inteligência e apoio de drones pelo Comando Americano para a África (AFRICOM), o paradeiro das jovens



Foto: mirror.co.uk

continua sujeito a especulações. Ainda assim, os esforços conjuntos têm liberado efetivamente cidades outrora sob o domínio direto do Boko Haram, de forma a eliminar a formação do califado almejado pelos jihadistas e inviabilizar a possibilidade de controle sobre novos territórios pelo grupo.

Na segunda metade de 2015, o presidente nigeriano Muhammadu Buhari anunciou que iria derrotar o grupo em três meses, afirmando que o Boko Haram não mais estaria dominando qualquer governo local no país. Entretanto, ataques dispersos confirmam a continuidade das práticas extremistas, intensificadas devido às perdas significativas sofridas pelos insurgentes. A questão da segurança nacional, enfim, somada à pressão civil, foi decisiva à mudança democrática que colocou Buhari no poder. Sua continuidade, da mesma forma, depende da neutralização do Boko Haram - tarefa árdua que transborda o perímetro militar, urgindo a aplicação de políticas de desenvolvimento nas regiões mais afetadas.

Africa Subsaariana

Atuação sul-africana na MONUSCO

Por: Vivian Mattos

Por motivos de insegurança interna e agravamento da crise humanitária, o Conselho de Segurança das Nações Unidas decidiu prolongar o mandato da Missão de Estabilização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) por mais um ano. A missão deveria terminar em 2016, após outras extensões do mandato desde 2010. Passados 16 anos, houve a troca de comando do general brasileiro Santos Cruz para seu substituto, o general sul-africano Derick Mgwebi. A MONUSCO é a maior operação de paz em atividade das Nações Unidas, entretanto, a situação da República Democrática do Congo (RDC) não tem favorecido a construção de um aparato eleitoral no Estado.

A comunidade internacional criou certa expectativa nas transições democráticas que ocorreram na África do Sul com o fim do apartheid na década de 1990, acreditando que o país teria um papel relevante na solução de conflitos e instabilidades da região. A África do Sul tem se mostrado presente na participação da MONUSCO desde sua criação em 1999, tendo igualmente contribuído com recursos humanos em outras

operações de paz das Nações Unidas desdobradas no continente africano. O Estado fomenta, ainda, iniciativas regionais com soluções locais, utilizando os instrumentos de manutenção da paz da União Africana (UA) e de outros fóruns africanos.

Apesar da relativa ascensão e do potencial sul-africano para desempenhar um papel mais relevante no cenário internacional, a África do Sul enfrenta sérios problemas internos que dificultam atingir esse objetivo. A estratégia utilizada para a construção de um projeto de liderança regional, estabelecida pelo fomento da manutenção da paz, parece ser incompatível com o cenário conflituoso do continente.

Oriente Médio e Norte da África

Marrocos: reformas políticas e desdobramentos na relação Estado-sociedade *Por: Pedro Kilson*

Ao pós-Independência marroquino, a partir de 1956, seguiram-se décadas de um governo monárquico cuja legitimidade jamais fora contestada por reformas políticas. Nesse sentido, a monarquia multipartidária do país africano – primeiramente com o rei Hassan II, depois com seu filho Mohammed VI – empreendeu reordenamentos político-sociais na década de 1990 e nesse início do século XXI, que, apesar de distantes do aspecto popular, puderam engendrar mudanças sociais significativas, notadamente na esfera dos direitos humanos. Revisões constitucionais nos anos de 1970, 1980, 1992 e 1996 lograram a permanência do padrão de dominação monárquico, com forte repressão durante os anos 1960 e 1970. Entretanto, cita-se uma versão menos conservadora do *Mudawwana*, código regulador do casamento, divórcio, custódia de crianças e demais aspectos da relação familiar.

O caráter multipartidário do sistema político marroquino não configura impedimento para o autoritarismo monárquico, uma vez que a influência da realeza na cooptação dos líderes partidários desencoraja a ascensão de qualquer organização política contrária ao regime. Em 1º de julho de 2011, mais de 98%



Foto: DW.com

dos marroquinos votaram a favor de uma reforma constitucional, reivindicando a limitação dos poderes centralizadores da monarquia, a expansão dos poderes do primeiro-ministro e do Judiciário, bem como da atividade dos partidos políticos.

No escopo da segurança internacional, o país vem conseguindo relativo êxito, pois logrou dismantelar uma importante célula terrorista do Estado Islâmico em seu território, em novembro de 2015, e não tem sido origem de levas de imigrantes para Europa, como é visto em vários outros países da região. Esse sucesso pode ser atribuído aos altos investimentos em seu aparato de defesa, principalmente pelos litígios fronteiriços ainda não resolvidos com o Saara Ocidental. Mas sem uma verdadeira democracia, não há como afirmar por quanto tempo o regime marroquino conseguirá manter essa estabilidade no país e permanecer no poder.

Europa

Alemanha e União Europeia erram ao estudar estratégias do Estado Islâmico

Por: Dominique Marques

No dia 10 de abril, o presidente do Departamento Federal de Proteção da Constituição da Alemanha Hans George-Maassen declarou que o país errou ao estudar as estratégias do Estado Islâmico (EI). Cerca de 70% dos refugiados entraram com base em informações próprias, sem passaportes válidos, demonstrando que o país e a União Europeia (UE) subestimaram as capacidades do grupo de infiltrar seus militantes. Além disso, a UE não apresenta um programa unificado de inteligência nem divide informações na mesma velocidade que o EI. Apesar de Europol e Interpol realizarem estes

serviços, ambas não possuem autoridade plena para investigar os grupos suspeitos nos países membros.

Recentemente, o grupo lançou ameaças à Alemanha, destacando a presença de 400 guerrilheiros operando dentro da UE, projetando-se a existência por volta de 1,1 mil refugiados no grupo de alto risco para o país. Além disso, menores desacompanhados são alvos fáceis de recrutamento do grupo: no dia 07 do mês passado, dois suspeitos foram presos na Baviera supostamente por terem contato com jihadistas do EI, porém o governo local disse ser apenas uma medida preventiva.

Apesar de o governo alemão declarar que, atualmente, não existem ameaças concretas contra o país, membros da oposição dizem que este se precipitou ao abrir suas fronteiras aos refugiados e temem que agora seja inviável a reversão do atual quadro de alta exposição a riscos. Enquanto isso, o EI circula pedidos na internet de ataques semelhantes aos de Bruxelas, ativando toda a capacidade das forças de segurança locais, como Munique e Berlim.

O governo alemão defende que a situação de vulnerabilidade do país se mantém estável, mas entende que subestimaram a capacidade do EI de infiltrar combatentes entre os refugiados e consideram a possibilidade de uma demonstração de força do grupo. A UE sugere que os Estados se unam em mais operações de força-tarefa, inclusive com o apoio do FBI e dos EUA, ao invés de manter o foco em burocracias ineficazes contra o terrorismo.

Europa

Perspectivas da Suécia na União Europeia

Por: José Gabriel Melo

No dia 18 de abril, a empresa sueca TNS Sifo, subsidiada pela emissora SVT, lançou os resultados de uma pesquisa acerca do apoio popular à permanência da Suécia na União Europeia (UE). Os números indicam que, diante da crise europeia, os suecos têm se mostrado cada vez mais relutantes quanto à presença do país no bloco. O percentual que apoia a permanência caiu de 59%, na última pesquisa realizada no terceiro trimestre de 2015, para 39%, enquanto os que são contra totalizaram 21%.

O cenário de crescente euroceticismo vem se desenhando na Suécia há alguns anos. A burocracia é um grande entrave às exportações em setores competitivos e empresas suecas são alvo de cobiça das instituições burocráticas europeias. No entanto, talvez o maior responsável pela expansão do pensamento anti-UE nos partidos e na sociedade sueca seja a crise migratória, fortemente impulsionada pelo fluxo de refugiados gerado pelos conflitos no Oriente Médio e Norte da África. O país foi, junto com a Alemanha, um dos principais destinos dos emigrados, recebendo cerca de 160.000 pedidos de asilo em 2015. Devido à não adequação dos demais integrantes do bloco ao recebimento dos refugiados, a política de acolhimento cobrou seu preço: as instituições suecas se sobrecarregaram com o volume de refugiados, o que fez com que o país enrijecesse sua política de fronteiras.

O momento de descrédito pelo que a UE vem passando tem no Reino Unido um grande expoente, um processo que se convencionou chamar *Brexit*. O conflito de interesses com o bloco faz com que mais países simpatizem com esse conceito: a parcela da sociedade sueca que flerta com o euroceticismo e defende o *Swexit* vem aumentando a cada pesquisa. É fundamental observar que as instituições europeias precisam reavaliar seus programas a fim de manter a solidez do bloco, pois a evasão de pilares pode fazer com que o futuro dessa união seja incerto.

Rússia e Ex-URSS

Conflito entre Armênia e Azerbaijão no Nagorno-Karabakh

Por: Pedro Mendes

No dia 03 de abril, o ministro das Relações Exteriores armênio Shavarsh Kocharyan disse que o apoio turco ao Azerbaijão trazia instabilidade ao conflito com a Armênia. A controvérsia foi iniciada nos primeiros dias do mês após a violação do cessar-fogo entre os dois países, em vigor desde 1994, e culminou com o aumento das tensões na região.

A escalada militar entre os dois países pode ser creditada à disputa acerca da região de Nagorno-Karabakh, uma área montanhosa situada entre os países que, apesar de ser formalmente azeri, é habitada majoritariamente por armênios. A província tentou se separar da então República Soviética do Azerbaijão à época do desmantelamento da URSS, culminando em um conflito entre os dois, interrompido em 1994

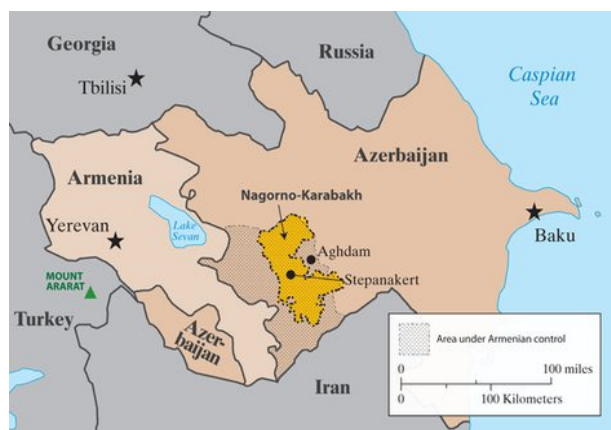


Foto: assets.nybooks.com

com a proclamação de independência da República de Nagorno-Karabakh, acontecimento só reconhecido como legítimo por Yerevan, capital armênia.

A questão entre os dois Estados pode gerar um desequilíbrio no sul do Cáucaso, uma vez que o Azerbaijão é a principal alternativa da União Europeia para o gás natural russo e a Armênia possui um acordo de defesa aérea com a Rússia, fato analisado no Boletim 27, bem como apresenta um desentendimento com os turcos: o genocídio armênio de 1915. Nesse sentido, a situação das montanhas de Nagorno-Karabakh pode ser o gatilho para um conflito regional entre a União Europeia, Rússia e Turquia, seja por causa do petróleo azeri seja pelas disputas históricas entre armênios e azeris ou entre armênios e turcos.

Sul da Ásia

Índia e EUA: cooperação versus competição no espaço

Por: Luciane Noronha

Há 41 anos, a Índia lançou seu primeiro satélite no espaço, o Aryabhata, com ajuda da então União Soviética. Sem receber atenção especial do Ocidente, este evento é um marco para o Programa Espacial Indiano. Os holofotes da mídia e de líderes internacionais vieram com Chandrayaan-1 (2008), primeira missão lunar não-tripulada da Índia, que surpreendeu pelo potencial tecnológico ainda subestimado do país. Em 2014, a Índia tornou-se o primeiro país da Ásia a chegar a Marte – também o primeiro no mundo a conseguir tal feito na primeira tentativa –, pela missão Mangalyaan. O que chamou atenção, neste último caso, foi o baixo orçamento: US\$ 74 milhões – contra US\$ 600 milhões do programa de mesmo tipo da NASA.

Combinando a série de êxitos com baixo custo, o programa indiano despertou interesse comercial de vários países do mundo que procuram a *Antrix Corporation*, braço comercial da ISRO (Organização de Pesquisas Espaciais Indiana, em inglês), para lançamento de satélites, sobretudo de comunicação. Estão na lista França, Reino Unido, EUA, Canadá, entre outros. Particularmente, após Mangalyaan, a procura vem crescendo substancialmente.

Embora os EUA tenham se colocado à disposição da Índia para cooperação no âmbito espacial, análises apontam que a indústria privada do ramo está tentando organizar lobby político para proibir lançamentos de satélites comerciais norte-americanos por intermédio de veículos indianos. Em março deste ano, a Administração Federal de Aviação (FAA, em inglês) acatou o pedido de um comitê formado por empresas aeroespaciais dos EUA para tal proibição. A justificativa é que o baixo preço praticado pela Índia geraria uma concorrência desleal no que está sendo denominado “Economia do Espaço”. Pelo lado indiano, argumenta-se que é mais uma ação daquele que tentou, ao longo da história, cercear a participação da Índia nas mais importantes mesas de negociações internacionais. Para além da aparente melhora nas relações políticas e econômicas entre Índia e EUA dos últimos anos, o Espaço tem potencial para ser um “calcanhar de Aquiles” nesse diálogo.

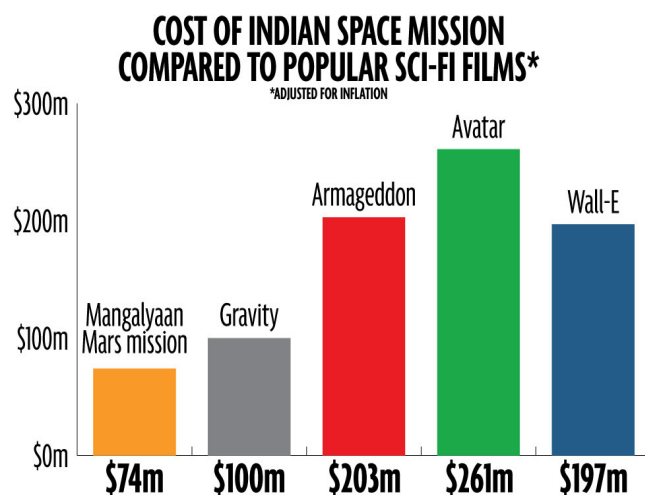


Foto: s3.mirror.co.uk

Questões hídricas no subcontinente indiano

Por: Franco Alencastro

Nos dias 18 e 19 de abril, os ministros de Defesa da Índia e da República Popular da China se reuniram em Pequim para discutir uma solução às controvérsias de fronteira, tópico permanente da relação bilateral desde a guerra de 1962. Havia tensão na reunião por causa da detecção, no dia 8 de março, de 11 militares do Exército da Libertação do Povo na região do Lago Pangong, em Ladakh, 6 km a oeste da *Line of Actual Control* (portanto, em território indiano), no que foi chamado por autoridades indianas de uma incursão chinesa em seu território.

Entre a pauta de assuntos a serem discutidos na reunião (cujos resultados ainda não foram divulgados), está a questão do rio Brahmaputra. Esse rio, como muitos dos que irrigam o subcontinente indiano, tem sua nascente no Tibete. O plano chinês de construir cinco hidrelétricas no Brahmaputra, além de desviar parte de suas águas para projetos de irrigação no noroeste da China, é motivo de grande preocupação por parte da Índia e de Bangladesh. O projeto chinês poderia afetar fortemente a vazão do rio e, assim, prejudicar a agricultura no delta de Bengala, entre a Índia e Bangladesh, algo significativo, pois Bengala é o “celeiro” do subcontinente indiano.

Essa controvérsia tende a aumentar nos próximos anos. Conforme a China se desenvolve, cresce sua demanda por energia, e o potencial hidrelétrico dos rios do platô tibetano é um ativo valioso. No entanto, uma política demasiadamente assertiva por parte desse país poderia deteriorar suas já difíceis relações com seus vizinhos. A cooperação entre os países da região, assim, é recomendável, e a reunião em Pequim é um passo importante nesse sentido. É provável, ainda, que negociações na área hídrica sejam travadas pela controvérsia dos territórios disputados em Aksai Chin, que mexe diretamente com questões de orgulho e interesse nacional.

Leste Asiático

A continuidade da política *Byungjin* na Coreia do Norte

Por: Marcelle Torres

Mais uma vez, a Coreia do Norte frequenta o noticiário internacional devido a suas ameaças nucleares, agravadas em períodos de treinamento militar conjunto Coreia do Sul-EUA, elevando ainda mais as tensões na península coreana.

Em março deste ano, o Conselho de Segurança da ONU aprovou um novo pacote de sanções internacionais sobre a Coreia do Norte – com o apoio da China – devido à realização de um quarto teste nuclear em janeiro, seguido por um lançamento de foguete de longo alcance em fevereiro. No dia 23 de abril, a Coreia do Norte alegou ter lançado, com sucesso, um míssil balístico KN-11 (Polaris-1) que voou por 30 km - aquém do alcance desejado, mas revelando progresso em comparação ao teste do ano passado.

Outro ponto a ser destacado é a precária ou quase nula eficácia das sanções internacionais e embargos econômicos impostos a Pyongyang. Na vasta gama de teorias relacionadas à Coreia do Norte, há dois principais entendimentos: o primeiro, orientado ao engajamento com Pyongyang, sustenta que, se for dado o incentivo correto e a segurança econômica, política e militar, poderá haver movimento no sentido de reforma, democratização e talvez até mesmo reunificação. Já o segundo acredita que não se podem esperar reformas e liberalização voluntária e que as tentativas de estimular tais ações – como negociações, ajuda externa e outras concessões – estão fadadas ao fracasso.

Em todo caso, a narrativa do regime norte-coreano e a sua política *Byungjin* – desenvolvimento econômico e nuclear – têm a finalidade de intimidar a comunidade internacional a aceitá-lo como um Estado nuclear, parte mais importante da identidade do regime, e solidificar o poder de Kim Jong-un no âmbito doméstico antes do Congresso do Partido dos Trabalhadores, que ocorrerá no dia 06 de maio, o sétimo desde a fundação do país em 1945 e o primeiro desde 1980.

Um país, duas perspectivas: tensões no Estreito de Taiwan

Por: Viviane Helena

“Nós não nos importamos muito com quem está no poder na região Taiwan da China” afirmou o ministro de Relações Exteriores e ex-responsável pelo Escritório Chinês para Assuntos de Taiwan Wang Yi, implicitamente fazendo referência à vitória do Partido Democrático Progressista (DPP, na sigla em inglês), que elegeu a próxima presidente,

Tsai Ing-wen, e consolidou maioria no Legislativo. Historicamente, o DPP faz lobby à postura nacionalista em Taiwan, defendendo independência desta da China Continental. Em contrapartida, esse discurso é diametralmente oposto às aspirações chinesas na região, culminando, assim, em uma escalada nas tensões políticas após o resultado das recentes eleições.

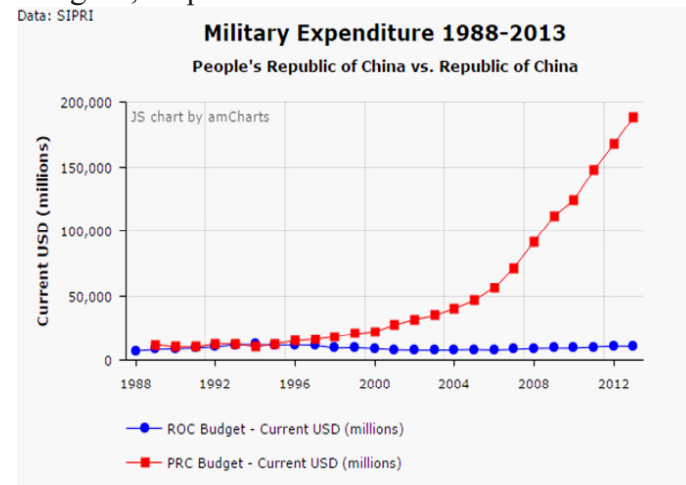


Foto: amti.csis.org

Outro ponto relevante defendido pelo DPP e pela presidente eleita é o alavancamento do orçamento de defesa de Taiwan. Defendem, como explicitado no gráfico, que a região tem estagnado seus esforços para tal e, para gerar uma dissuasão ao menos crível em relação à China Continental, seria necessário maior investimento na área. O problema é que, paradoxalmente, justamente no último período de governo deste partido (2000-2008), observa-se exatamente o contrário, ou seja, a desaceleração do incentivo às Forças Armadas e à indústria bélica.

Possivelmente, o contexto em que Tsai Ing-wen assumirá em maio próximo não será o mais favorável. Durante seus dois mandatos, o atual presidente Ma Ying-jeou seguiu à risca a fórmula proposta pela China Continental de aproximação econômica, o que por sua vez culminou em vertiginoso desenvolvimento social e relativa estabilidade econômica. Tsai Ing-wen, então, assumirá em meio à degradação das Forças Armadas, mas, por outro lado, em uma sociedade cuja percepção do papel de ameaça militar e política exercida pela China Continental tem se enfraquecido em detrimento do papel de ajuda social e econômica.

Japão: disputas territoriais e crescimento demográfico

Por: Vinícius Reis

O Parlamento japonês aprovou, em abril, uma lei voltada para a “promoção e ajuda” de comunidades em ilhas remotas japonesas. Entrando em vigor a partir de abril de 2017, por um período de 10 anos, seu objetivo é impedir que as ilhas fiquem desabitadas devido à diminuição de seus residentes. Dentro de um contexto de disputa territorial e aumento da assertividade da Marinha chinesa, a falta de “capital humano” pode gerar uma grave ameaça à integridade territorial, principalmente em lugares como Yaeyama.

Existe uma perspectiva de análise sobre a atual condição destas ilhas, muitas vezes ignorada pela administração do primeiro-ministro Shinzo Abe, que envolve o grave problema “demográfico” que assola o país e o impacto que a reformulação da política de defesa tem sobre essas regiões. Enquanto a economia continua a minguar, não apresentando indícios de melhora a médio prazo, o Japão aumenta o investimento e foco em suas Forças Armadas e

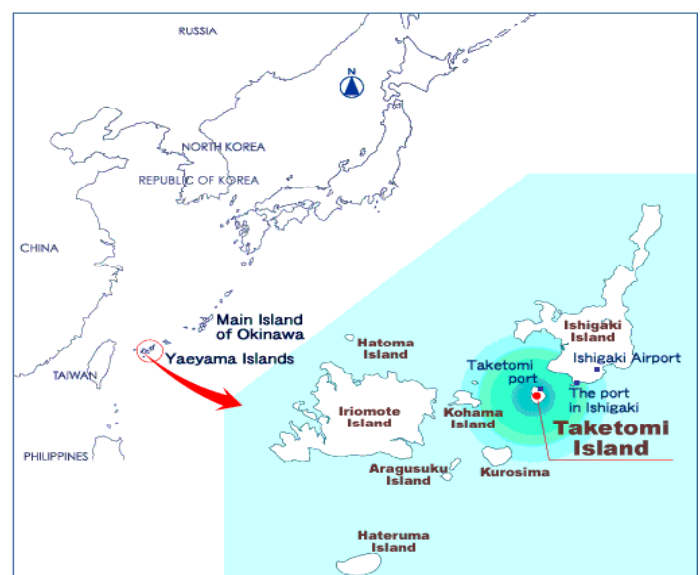


Foto: s3.mirror.co.uk

na ocupação através da “militarização” de suas ilhas. Conjuntos de ilhas afastadas, como Yaeyama, que possui uma população de 52 mil habitantes espalhados entre 12 ilhas, encontram-se sem perspectiva de fortalecimento da sua microeconomia, fazendo com que sua renda dependa da política de “compensações” pela ocupação de seu território com fins militares. Nesse contexto, grande parte dos residentes, principalmente os mais jovens, são levados a abandonar a região em busca de melhores condições.

A atual conjuntura torna necessário que o Japão ocupe militarmente suas fronteiras marítimas, protegendo assim interesses nacionais. Porém, a partir do momento em que a ocupação é feita apenas por meio do viés militar, seja na forma de pessoal ou infraestrutura, e a vulnerabilidade demográfica continua sendo vista como um problema secundário, as ilhas japonesas perdem gradativamente seu principal recurso: o povo.

Oceania e Sudeste Asiático

Komodo Exercise e a projeção internacional indonésia

Por: Thayná Fernandes

Em 16 de abril deste ano finalizou-se o exercício marítimo conjunto *Komodo Exercise*, liderado pela Marinha indonésia. O evento teve participação de 35 países e durou cinco dias. Seu objetivo é promover a integração entre os países para que possam estar preparados para atuar juntos em missões de paz; cooperar para a estabilidade regional e internacional; e estabelecer um código de comunicação naval universal, buscando “sinergia” na possibilidade de ocorrer algum tipo de missão multilateral envolvendo suas Marinhas.

Neste ano estiveram presentes navios russos, franceses, norte-americanos, indianos, entre outros. O exercício *Komodo* faz parte dos esforços indonésios para se projetar no cenário internacional, demonstrando, também, sua capacidade de defesa: em 2014, o país era o 19º do mundo em poderio militar, à frente, por exemplo, da Austrália e da Holanda, segundo o *Global Firepower Index*.

Apesar de todo o potencial demonstrado pela Indonésia, uma das principais críticas que sofre o atual governo é ter participação contida no contexto global. O primeiro-ministro, Joko Widodo (Jokowi), segundo diversos analistas, mostra-se mais interessado em atrair investimento externo ao país do que em posicioná-lo internacionalmente. Contudo, recentemente, o Estado foi eleito para ocupar um assento temporário no Conselho de Segurança da ONU, que ocupará até 2018. Isso oferece uma oportunidade de o país lutar pela almejada reforma do Conselho, pauta defendida por Jokowi e por diversos outros países, como o Brasil.

Entretanto, a expectativa é que Jakarta continue tímida internacionalmente. Ainda que haja descrença em relação às suas ações diplomáticas, é possível acreditar na possibilidade de que Jokowi esteja mais preocupado em “arrumar a casa”: organizando a economia, investindo nas Forças Armadas e defendendo os interesses nacionais indonésios no Mar do Sul da China. No futuro, então, seria possível atuar mais ativamente no cenário internacional.

Ártico e Antártica

Nova liderança: Austrália e a compra de novo navio quebra-gelo

Por: Stefany Simões

O governo australiano assinou, no dia 28 de abril, o contrato para o início da construção de seu mais novo quebra-gelo, o sucessor do atual *Aurora Australis*. A embarcação será uma moderníssima base de pesquisas flutuante, com o destaque de um plano de investimentos na ordem de US\$ 1,7 bilhões, em 10 anos. Tal investimento garantirá um grande avanço nas pesquisas científicas australianas nos próximos anos, principalmente nas áreas de preservação do krill e da conservação do ecossistema antártico. O novo quebra-gelo deverá entrar em operação entre 2020 e 2021. Outro destaque, além do navio, será a ampliação da capacidade de apoio logístico do porto de Hobart, com o objetivo de torná-lo o mais importante no apoio das estações científicas localizadas no leste da Antártica.

O anúncio foi uma primeira etapa do novo plano de ação governamental, o *Australian Antarctic Strategy and 20 Year Action Plan*, que começou a ser planejado em novembro de 2011. A Austrália foi um dos doze países que assinaram o Tratado Antártico em 1959, e um dos sete que reivindicaram território naquele continente, antes da assinatura do Tratado. O país tem grande experiência nos temas relativos ao sexto continente, possuindo três estações científicas permanentes.

Ações como essa confirmam o que foi dito pela ministra das Relações Exteriores Julie Bishop, no discurso de anúncio da compra do quebra-gelo: “ontem, o primeiro-ministro Malcolm Turnbull, o ministro do Meio Ambiente Greg Hunt e eu anunciamos a ‘Estratégia da Antártica e o Plano de Ação de 20 anos’, que assegura a Austrália como uma das lideranças na Antártica”. A ministra também reafirmou a tradicional posição do país de apoio ao Tratado de 1959, e o único interesse pela defesa do meio ambiente, com a transformação da região em uma reserva natural em benefício de toda a humanidade.

Artigos selecionados e notícias de Defesa

- **PROJECT SYNDICATE - 27/04/2016**
The Kingdom and the Power - *By: Christopher R. Hill*
- **THE NATIONAL INTEREST - 27/04/2016**
Trump on Foreign Policy - *By: Donald J. Trump*
- **THE WASHINGTON POST - 27/04/2016**
Storm clouds gather over South China Sea ahead of key U.N. ruling - *By: Simon Denyer*
- **THE WASHINGTON POST - 22/04/2016**
The U.S. can't afford to end its global leadership role - *By: Ivo Daalder and Robert Kagan*
- **WORLD AFFAIRS - 27/04/2016**
Latin America's Moment - *By: Richard N. Haass*
- **BUSINESS STANDARD - 26/04/2016**
Indian pvt def industry divided over strategic partnership
- **DEFENSE NEWS - 27/04/2016**
France Celebrates 'Historic' Submarine Win in Australia - *By: Pierre Tran*
- **DEFENSE NEWS - 26/04/2016**
Russian Manufacturer To Provide Egypt With Aerial Defense - *By: Oscar Nkala*
- **DEFENSE ONE - 25/04/2016**
A Cyber JSOC Could Help the US Strike Harder and Faster - *By: Frank Cilluffo*
- **REUTERS - 28/04/2016**
North Korea test-fires two missiles, both fail: U.S. - *By: Ju-Min Park and David Brunnstrom*

[Ao clicar sobre os títulos das reportagens, abrem-se os respectivos links]

Participamos aos nossos leitores que todos os Boletins anteriores estão disponíveis na página da Escola de Guerra Naval na internet no seguinte endereço:

<<https://www.egn.mar.mil.br/boletimgeocorrente.php>>

Nesse link também é possível cadastrar seu email para que passe a receber sempre nosso Boletim.